

Saneamento Básico



Cartilha Orientativa

Benefícios e Vantagens da Concessão dos Sistemas de Saneamento

SINICESP

Novo Marco Legal e suas Metas de Universalização



SUMÁRIO

A - A HORA DO SANEAMENTO.....	3
B - SITUAÇÃO ATUAL	5
C - BENEFÍCIOS À SOCIEDADE	8
C1 - SAÚDE - EPIDEMIAS	13
C2 - EDUCAÇÃO	17
C3 - MULHER NO COMBATE ÀS DESIGUALDADES	21
C4 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....	25
C5 - ASPECTOS LEGAIS	35
D - VISÃO DE MELHORIA DO SANEAMENTO.....	39
 COMO AVANÇAR NA PAUTA DO SANEAMENTO?.....	41
 SOLUÇÃO SINICESP.....	44

O SINICESP - Sindicato da Indústria da Construção Pesada do Estado de São Paulo elaborou uma **Cartilha Orientativa** cujo objetivo é esclarecer aos cidadãos sobre as possibilidades resultantes da aprovação da Lei nº 14.026, de 15/07/2020, que ficou conhecida como o **Novo Marco Legal do Saneamento**.

Nosso objetivo é estimular o debate na sociedade e ajudar as Administrações Públicas no desafio de atingir a Universalização desses serviços no **País**. Em momentos de crise econômica, fiscal e sanitária, como a Pandemia do COVID-19, a ação pública é valorizada quando promove a redução da desigualdade e melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

O SINICESP tem clareza de que, para além da sua missão de representar as Empresas do Setor de Construção Pesada, está a necessidade de ajudar a promover o bem-estar dos brasileiros e o desenvolvimento sustentável do País.

The logo for SINICESP features the word "SINICESP" in a bold, blue, sans-serif font. The letter "I" is stylized with a horizontal bar through its center.

Atualmente a maioria dos Serviços de Saneamento é ultrapassada, baseada na cultura do início dos anos 70. Hoje os principais problemas são consequência e indicam os seguintes desafios a enfrentar:

- o O prestador de serviço local (autarquia, secretaria municipal, empresa municipal) não tem capacidade de investimento, para atender à necessária expansão dos serviços, ou melhorar a qualidade;
- o Investimento baseado em Contratos de Programa, que resultaram em Baixo Índice de oferta de coleta e tratamento de esgoto;
- o Deficiências de Gestão e Custos excessivos.

Principais Linhas da Nova Lei nº 14.026/2020:

- o Proposição à Universalização dos Serviços de Água e de Esgoto até 2033 (90% de tratamento de esgoto/99% de fornecimento de água) em todos os Municípios do Brasil;
- o A ANA (Agência Nacional de Águas) passará a ser a grande reguladora do Sistema Nacional de Saneamento;
- o Fim dos “Contratos de Programa”, ou seja, as Empresas Públicas só poderão contratar com os Municípios, por meio de um processo licitatório;
- o Busca pela segurança jurídica para os Contratos de Concessão de Saneamento Básico no País;
- o Obrigatoriedade de elaboração de Plano Municipal de Saneamento Básico atualizado, e ter, no máximo, 4 anos. Devem envolver os Sistemas de Água, Esgoto, Drenagem e Resíduos Sólidos.

Fruto de uma política centralizadora e ineficiente, a situação do Saneamento Básico é bastante precária no Brasil, o que faz com que o País ocupe a 112ª posição em um ranking de saneamento elaborado entre 200 países.

Este índice não só é inferior aos da América do Norte e Europa, mas também a vários países do Norte da África e Oriente Médio, cuja renda média é bem inferior à nossa.

Da mesma forma, nossos vizinhos da América Latina também registram índices superiores aos daqui.

A situação do saneamento tem reflexos imediatos nos indicadores de saúde, como a taxa de mortalidade infantil e a longevidade da população.

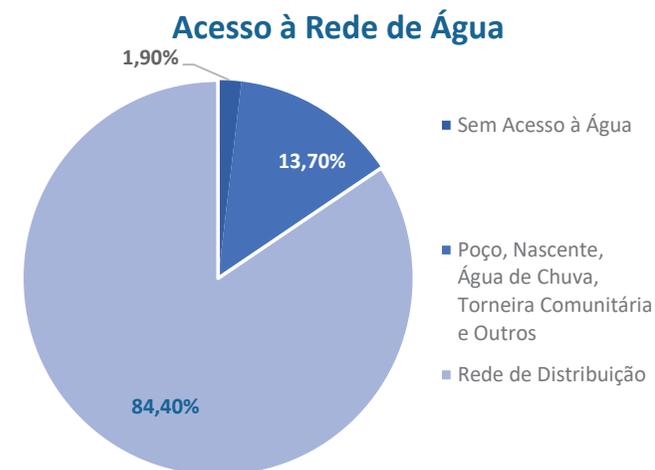
No Brasil, registramos 12,9 mortes por 1.000 nascidos vivos em 2011. Esse valor é bem mais elevado que o da média mundial ou que as taxas de mortalidade infantil de Cuba (4,3%), Chile (7,8%) e Costa Rica (8,6%).

A esperança de vida no Brasil, em 2011, era de 73,3 anos, enquanto a média da América Latina (74,4 anos).

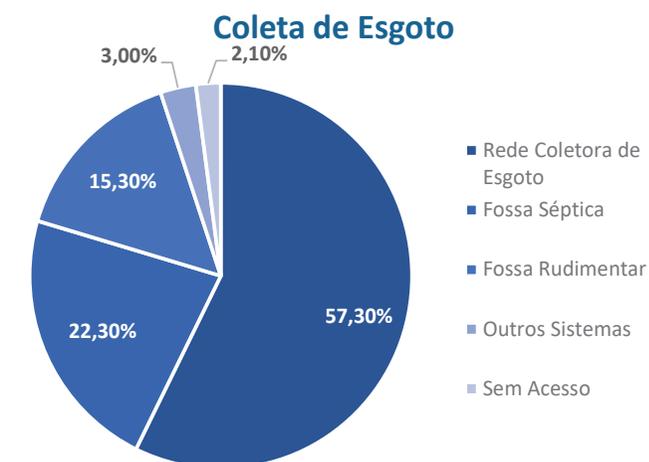
Em relação aos países mais próximos, o Brasil ficou muito atrás da Argentina (75,8 anos) e do Chile (79,3 anos).

5

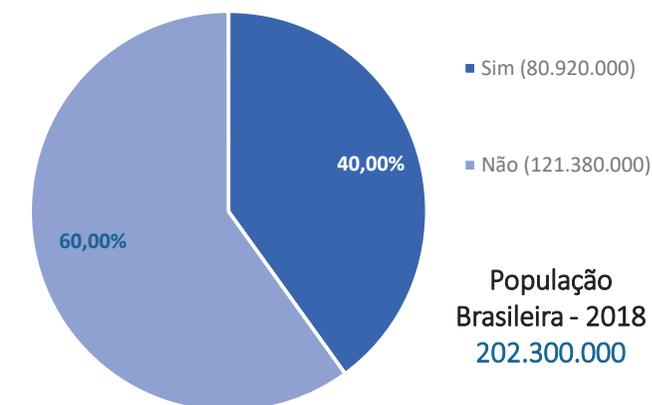
Mais de **15%** da população ainda não têm acesso à rede de água



Só **57,3%** estão servidos por redes coletoras de esgoto



Tratamento de Esgoto



6



C

BENEFÍCIOS À SOCIEDADE

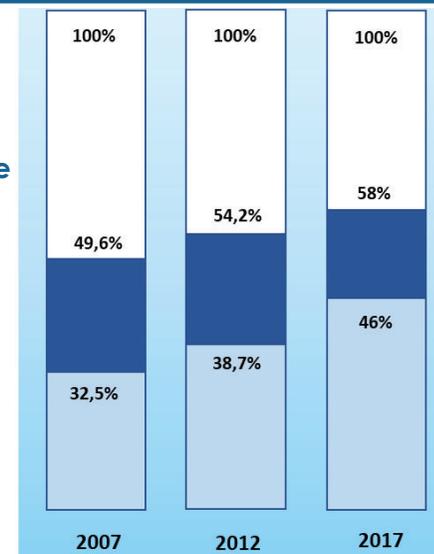
No Brasil, entre tantas prioridades, uma urgência que perdura há anos: a necessidade de mais investimentos em saneamento básico.

O Investimento não está à altura das demandas de um País, que é a 9ª economia do mundo e, entretanto, continua carente de cuidados com saúde, bem-estar social e meio ambiente.

Em 2017, o total de água consumida no Brasil foi de 9,9 bilhões de m³, mas somente 4,4 bilhões de m³ foram tratados.

Um total de 1,2 bilhão de m³ de esgoto foi afastado, mas não tratado, antes de seu lançamento nos corpos hídricos.

Em 2017,
4,25 bilhões de
m³ de esgoto
sequer foram
coletados



- Água Consumida
- Esgoto Coletado
- Esgoto Coletado e Tratado



O Saneamento também revela nossas disparidades regionais, o que reclama políticas públicas para romper com este desequilíbrio sendo uma condição necessária para a superação de um quadro de pobreza e fome que ainda persiste no País, de acordo com os dados de 2016:

- 9 em cada 10 habitantes da Região Norte ainda não possuíam o sistema de coleta de esgoto nas residências (10,5%) e quase a metade da água potável produzida era desperdiçada;
- 3 a cada 4 nordestinos ainda não eram atendidos com o sistema de coleta de esgoto (**somente** 26,8% da população eram atendidos) e quase a metade da água potável produzida era desperdiçada;
- No Sudeste, a situação era comparativamente melhor, no entanto, 21,4% da população não dispunham de coleta de esgoto;
- No Sul, somente 42,5% da população tinham acesso à coleta de esgoto e mais da metade do esgoto gerado era descartado no meio ambiente, sem tratamento.

Fonte: Painel Saneamento Brasil

A meta de implantação de redes para 2033 é estimada em:

- 838 mil km de rede de água potável;
- 605 mil km de rede para a coleta de esgoto.

Em 2016, por exemplo, foram investidos R\$ 11,51 bilhões em saneamento, ou seja, 0,18% do PIB nacional. Já em 2017 caiu para R\$ 10,96 bilhões.

A meta do Plano Nacional, para o setor, resume-se a insignificantes 0,33% do PIB.

Os investimentos em Saneamento e o consequente maior acesso das pessoas a este serviço trazem mais do que apenas qualidade de vida: ganhos econômicos e sociais concretos, especialmente nos setores da saúde, educação, produtividade, turismo e valorização imobiliária.

+ SAÚDE

+ EDUCAÇÃO

+ TRABALHO

+ TURISMO

+ VALORIZAÇÃO

0,33% do PIB

por ano em

Investimentos



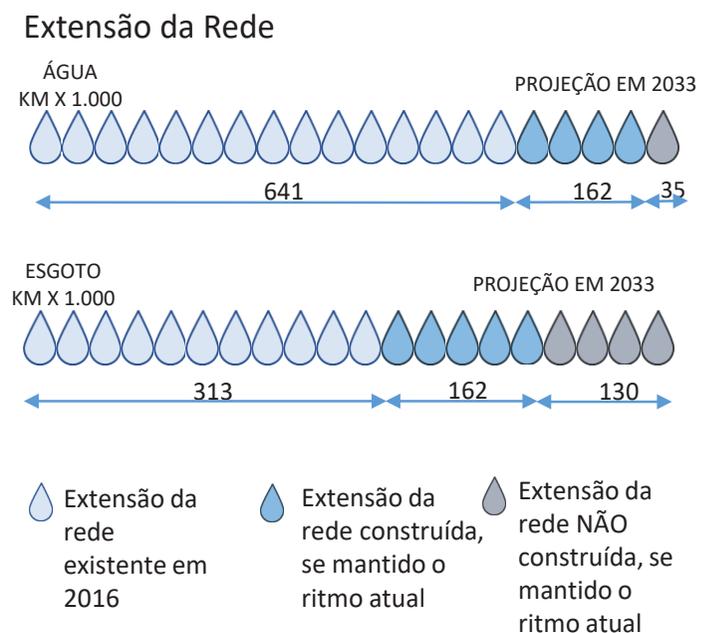
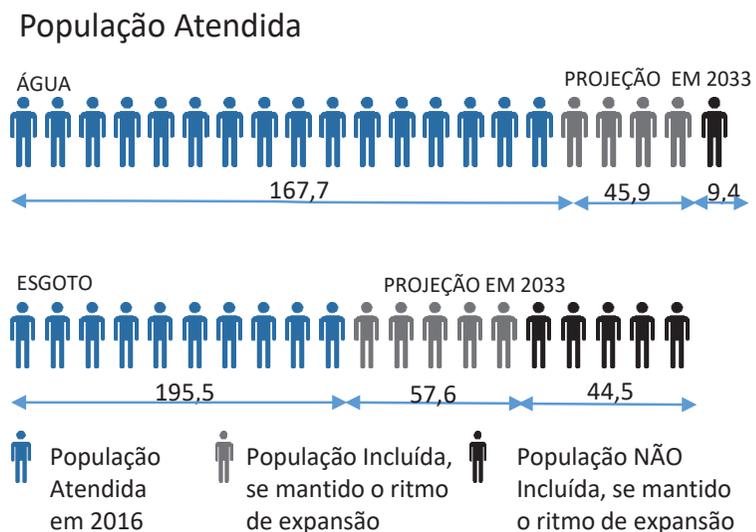
Dos brasileiros que moram em **regiões urbanas, 12 milhões ainda não possuem água tratada.**

Sem saneamento, uma parte considerável do povo brasileiro - na maioria das vezes, de baixa renda, que enfrenta outras dificuldades no acesso à saúde pública e educação - está sujeita a doenças epidêmicas de origem hídrica e complicações decorrentes de água maltratada e falta de tratamento de esgoto.

No Brasil, **14,3% das crianças e dos adolescentes** não têm o direito à água garantido.

7,5% têm água em casa, mas não filtrada ou procedente de fonte segura, estando em privação intermediária.

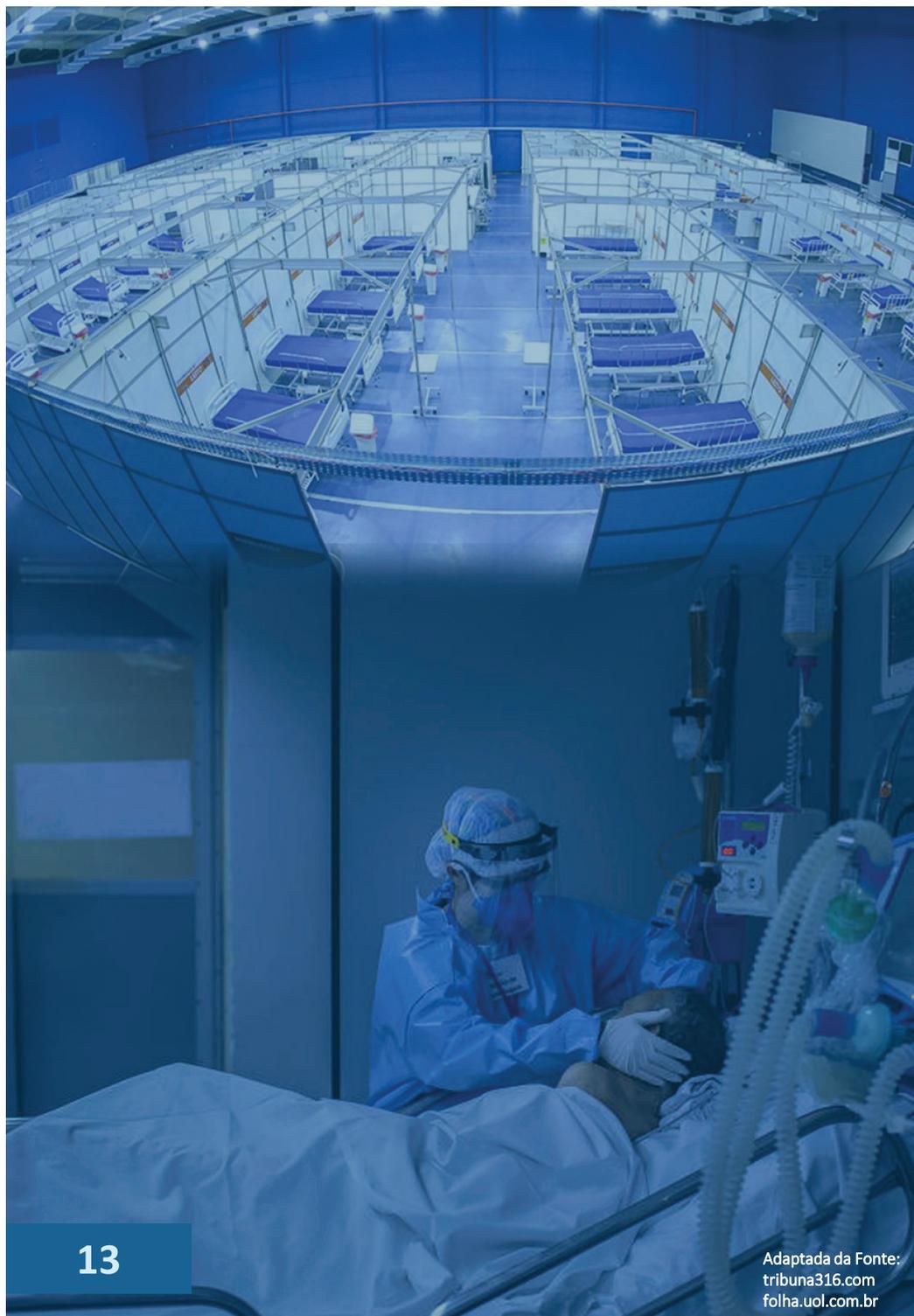
6,8% não contam com sistema de água dentro de suas casas, estando em privação extrema.



Fonte: SNIS 2017. Projeção linear com base na evolução da população atendida entre 2004-2017. População a ser atendida em 2033, cálculo ABCON, com base na projeção da população total, segundo o IBGE.

Fonte: worldwide.saraya.com





C1

SAÚDE EPIDEMIAS

Adaptada da Fonte:
tribuna316.com
folha.uol.com.br



O Saneamento Básico é a coluna vertebral do sistema de saúde de um País. O número de doenças infecciosas e contagiosas aumenta proporcionalmente à falta de saneamento.

A falta de água tratada tem impacto direto sobre a saúde do ser humano, principalmente nas crianças e nos idosos, sendo as doenças mais comuns as diarreias e as infecções gastrointestinais.

Em 2020 a Pandemia do Coronavírus expôs de forma clara a necessidade de água limpa e disponível a todos como instrumento de proteção geral da sociedade. Dados oficiais mostram que a cada afastamento as pessoas ficam longe de suas atividades por **3,3 dias em média**.

Cada **R\$ 1,00** investido em Saneamento gera economia de **R\$ 4,00** na saúde¹.

Uma pesquisa recente do IBGE (2018) revela que **1.933 Municípios** (34,7% do total) **registraram a ocorrência de epidemias** ou endemias provocadas pela falta de saneamento básico em 2017.

Da mesma forma, a inexistência de coleta e tratamento da água servida tem fortíssimo impacto no meio ambiente, pois as excretas e os detritos dos homens sem o correto manejo, espalham-se pelo meio ambiente e contaminam os rios, lagoas e o lençol freático, transformando-se em um verdadeiro “Ciclo da Doença”, trazendo prejuízos à saúde das pessoas e, também, às finanças públicas.



Condições sanitárias inadequadas nas comunidades têm sido relacionadas à alta circulação de vírus no ambiente. O esgoto é o veículo principal de transmissão.

Desta forma, os serviços de saneamento adequados têm papel fundamental no controle de diversos agentes patogênicos de veiculação hídrica, especialmente os vírus responsáveis por gastroenterites agudas e hepatites.

Os estudos do grau de contaminação de uma região são feitos com o controle do Sistema de Esgotos.

Segundo o IBGE (2017), a doença mais citada pelas Prefeituras foi a dengue, **1.501 Municípios (26,9% do total) reportaram a ocorrência de endemias ou epidemias de dengue.**

A dengue e a chikungunya são transmitidas pela picada do mosquito “Aedes Aegypti”, que se reproduz em água limpa, e a zika, por um outro mosquito, conhecido como “Culex”, que se reproduz em águas poluídas.

Pesquisas recentes também associam a zika a surto de microcefalia em bebês.

Tais doenças estão, portanto, fortemente associadas aos serviços de saneamento.

Outras doenças com grande incidência, provocadas pela falta de saneamento, foram a **diarreia (23,1%) e verminoses (17,2%).**

Segundo o IBGE, em 2013, o País teve **14,9 milhões de casos de afastamento por diarreia ou vômito** (considerando que uma mesma pessoa pode ter se afastado de suas atividades por mais de uma ocasião, ao longo de um ano).

Fonte¹ Organização Mundial da Saúde - 2014

15

Em 2018 foram gastos R\$90 milhões pelo SUS



16

Fonte: Painel Saneamento Brasil



Adaptada da Fonte:
 agenciabrasil.ebc.com.br
 unicef.org

C2

EDUCAÇÃO

Entre uma das principais consequências da precariedade dos serviços está **o Impacto na Educação da População.**



De acordo com os dados do Painel Saneamento Brasil, há uma grande diferença no que diz respeito aos anos de escolaridade das pessoas com saneamento básico e as residentes em locais sem o acesso aos serviços. Estima-se que no Brasil, a diferença em anos de educação formal de uma pessoa com saneamento básico na residência para uma sem esse recurso é cerca de 2,31 anos.

Em 2017, a escolaridade média da população **com saneamento** no País foi de 9,63 anos - ano com o maior tempo de escolaridade. Ao compararmos a educação dos anos de 2010 até 2017, vemos que a escolaridade da população sem saneamento continua sendo, em média, 2 anos a menos dos moradores com esses recursos básicos nas residências. Em 2017, quem não tinha saneamento estudava por volta de 7,32 anos.

Essa diferença considera o efeito do saneamento sobre a presença escolar. Assim, se for dado acesso à coleta de esgoto às crianças que moram em uma área sem esse serviço, espera-se uma melhora geral de sua qualidade de vida, gerando menos índices de doenças (por exemplo, diarreias) e redução do número de dias de falta escolar, entre outros aspectos, possibilitando uma maior assiduidade, com efeito sobre a educação formal.



A cada **1%** de Incremento na taxa de Saneamento básico

Reduzimos

-0,12_{p.p.} Abandono Escolar **-0,33**_{p.p.} Distorção Idade

Aumentamos

+0,11_{p.p.} Taxa de Frequencia Escolar ²

Fonte: Trata Brasil - Painel Saneamento Brasil



No ano de 2017, o Instituto Trata Brasil lançou um novo projeto em parceria com a atleta Daiane dos Santos.

Trata-se do “Água na Escola - Gotas de Futuro”, que aconteceu em algumas escolas das Cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, próximas aos bairros e regiões que abrigam mais de 40 mil moradores e cujas escolas demandam atividades de educação ambiental. É também um local que busca resolver os problemas de saneamento básico em especial o acesso ao esgotamento sanitário.

Fonte² Portal do Saneamento Básico

Difundir informações e benefícios sobre o tema Saneamento é algo que traz um ganho para a população, uma vez que ao conhecer e compreender a importância de projetos sanitários como este, reforça e ajuda nos desenvolvimentos pessoal e social mais igualitários, com informações e cuidados para a prevenção de doenças oriundas da não utilização correta do sistema de saneamento.

O Projeto objetiva, através de palestras recreativas e atividades lúdicas, conscientizar pais, alunos, professores e funcionários sobre a importância do uso racional da água e da reivindicação das redes para a coleta e tratamento dos esgotos. Trata, também, da importância das moradias estarem conectadas às redes existentes. Saneamento básico ajuda na qualidade de vida e nos protege contra as doenças da água poluída.

19



20

MULHER NO COMBATE ÀS DESIGUALDADES

3

Adaptada da Fonte:
fem.org.br
Jornaloradialista.com.br
institutoenginearia.org.br



21

As desigualdades de gênero ocorrem em todos os estágios da vida da mulher, da infância à velhice.

A falta de água atinge de maneira muito mais intensa a vida das mulheres, se comparada a dos homens, devido ao papel desempenhado por elas nas atividades domésticas e nos cuidados com as pessoas.

O Relatório das Nações Unidas (2016) ressalta o fato de que a mulher desempenha trabalhos não remunerados (domésticos e de cuidados) três vezes mais do que o homem. Dessa forma, como cuidadoras, as mulheres são mais afetadas quando os membros da família adoecem (principalmente crianças e idosos), como resultado do consumo de água com qualidade inadequada. Também devido ao seu papel, as mulheres estão em maior contato físico com a água contaminada e com os dejetos humanos, quando a infraestrutura de saneamento é inapropriada.

22

Fonte: unicef.org





A ocorrência de doenças gastrointestinais infecciosas não só impacta a produtividade das mulheres em suas atividades econômicas, com o comprometimento de sua renda, como também ocasiona a diminuição de seu potencial de desempenho nos estudos. As análises identificam o saneamento básico entre os fatores determinantes do atraso escolar, do desempenho nos estudos e da remuneração das mulheres no Brasil.

Visto de outro ângulo, essas estimativas também quantificam os ganhos potenciais de bem-estar, que poderiam ser obtidos com o avanço do saneamento, ou seja, indicam o aumento de renda e a maior disponibilidade de horas de descanso ou lazer que as brasileiras teriam, caso o acesso ao saneamento fosse universal no Brasil. Além do acréscimo de horas que poderiam ser despendidas em descanso, lazer, trabalho e educação, a universalização afetaria de forma decisiva, a produtividade e a renda, possibilitando que um número elevado de mulheres deixasse a condição de desigualdade e pobreza.

62,2% da força de trabalho que podem integrar o mercado em um curto espaço de tempo é do sexo **Feminino**



Fonte: etes-sustentaveis.org

- **1** em cada **4** mulheres vive em situação precária de Saneamento Básico¹;
- Em **2013**, **353,5 mil** internações de mulheres no SUS foram decorrentes de doenças hídricas, e 5 mil óbitos, em razão de infecções gastrointestinais;
- **+ Saneamento**, maior a renda da mulher na faixa da pobreza: possibilidade de ganho médio por brasileira: + R\$ 321,03/ano; incremento de **+ 12 bilhões/ano na economia**;
- **43,8%** da força de trabalho total do País são mulheres e 43,0% das pessoas ocupadas (homens e mulheres);
- **41,4%** das residências brasileiras são chefiadas por mulheres, conforme os dados da PNADC - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínuos, 2016;
- **20 horas por semana** é a média de horas gastas pelas mulheres em atividades domésticas - o dobro em comparação aos homens.



Adaptada da Fonte:
4oito.com.br
rzeidan.com

C4

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Qualquer atividade econômica depende, em maior ou menor grau, de seus trabalhadores. A falta de tratamento adequado da água e do esgoto gera inúmeros problemas de saúde, além de elevar o número de absenteísmo no trabalho, provocando um impacto direto sobre o mercado de trabalho e as atividades econômicas, que dependem de boas condições ambientais para o seu pleno exercício.

Condições precárias do Sistema de Saneamento afetam a produtividade do trabalhador e o desempenho dos estudantes o que vêm afetar de forma relevante a renda das famílias e a ascensão profissional.



Segundo o Estudo do Instituto Trata Brasil (ITB), em parceria com o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), no ano de 2012 cerca de 300 mil trabalhadores foram afastados do trabalho por diarreias e perderam 900 mil dias de trabalho. Cada afastamento leva ao dispêndio de 17 horas de trabalho, então, houve um gasto de R\$ 1,112 bilhão em horas pagas, mas não trabalhadas efetivamente. Além disso, a saúde debilitada leva à menor produtividade no trabalho.

Quando um trabalhador tem acesso à coleta de esgoto, é esperado que essa melhora na qualidade de vida aumente a sua produtividade em 13,3%, possibilitando o crescimento da renda na mesma proporção.

Por outro lado, a falta de saneamento básico adequado aumenta os custos sociais com a saúde, pois eleva o custo do sistema público hospitalar, devido aos atendimentos e internações recorrentes.

Considerando o custo médio nacional para se levar a água e o esgoto às moradias, o Estudo estimou que serão necessários **R\$ 443,5 bilhões em 20 anos**, para que todos os brasileiros tenham acesso aos serviços de água e esgoto, ou seja, precisaríamos de um investimento anual mínimo de R\$ 22,2 bilhões.

Em duas décadas, já descontados os custos da universalização, os ganhos econômicos e sociais trazidos pela expansão dos serviços em suas diversas áreas alcançarão R\$ 1,125 trilhão. Isso significa que, a universalização do saneamento trará benefícios expressivos para a sociedade brasileira, **muito superiores aos custos da universalização.**

Esse valor é o balanço entre os benefícios diretos e os ganhos com a redução de externalidades da falta de saneamento de R\$ 1,521 trilhão, de um lado, e os custos da universalização, de outro.

Fonte: Panorama do Setor Privado no Saneamento 2019 - ABCON/SINDCON

Custos e Benefícios da expansão do Saneamento no Brasil (2016 a 2036)

Custos e benefícios	Em R\$ Bilhões	
	por ano	2016-2036
Redução dos custos com a saúde	0,297	5,949
Aumento da Produtividade do trabalho	9,519	190,374
Renda da Valorização imobiliária	22,37	447,457
Renda do Turismo	2,143	42,86
Subtotal externalidades (A)	34,33	686,641
Renda gerada pelo investimento	15,1	301,933
Renda gerada pelo aumento da operação	24,5	489,92
Impostos ligados à produção	2,141	42,825
Subtotal da renda (B)	41,73	834,679
Total de benefícios (C=A+B)	76,07	1.521,32
Custo do Investimento	-12,1	-241,269
Despesa das Famílias	-7,72	-154,314
Despesas (D)	-19,8	-395,582
Balanço (E=C+D)	56,29	1.125,74

Fonte: Panorama do Setor Privado no Saneamento 2019 - ABCON/SINDCON

O Brasil deixa de gerar benefícios de até **R\$ 1,2 trilhão** com a ausência do Saneamento Básico

a) Valorização Imobiliária e IPTU

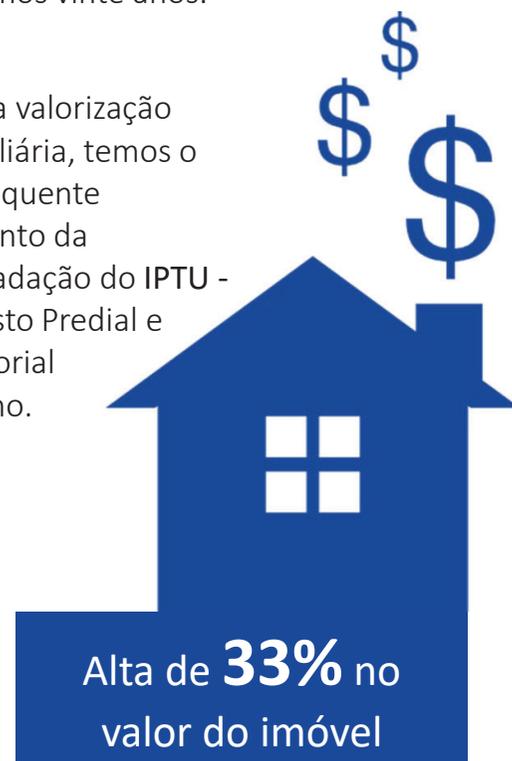
Tendo como base os dados do IBGE 2017, o Estudo revelou um impacto expressivo do Saneamento sobre o valor dos ativos imobiliários e a renda gerada pelo setor.

Considerando dois imóveis em bairros similares e que se diferenciam apenas pelo acesso ao saneamento, aquele que estava ligado às redes de distribuição de água e de coleta de esgoto poderia ter o seu **valor elevado em quase 16,4%**.

No caso do acesso à água tratada, o diferencial de valor era de 9,0%, na média do País. A ausência de banheiro reduzia o valor do imóvel em 7,4%. Isso indica que a adequação do Saneamento Básico com a ligação de uma moradia às redes de distribuição de água e de coleta de esgoto **permitiria elevar o valor do imóvel em quase 33% (valor que equivale à acumulação dos três efeitos)**.

Em termos de renda imobiliária, estima-se que o ganho para os proprietários de imóveis que alugam ou vivem em moradia própria alcance R\$ 22,3 bilhões por ano no País, o que totalizará um ganho a valor presente de R\$ 447,4 bilhões entre 2016 e 2036. Esse valor foi calculado tomando-se como referência, a evolução anual do estoque de moradias de 2016 a 2036 e a valorização imobiliária esperada, devida apenas à melhoria das condições de saneamento nos próximos vinte anos.

Com a valorização imobiliária, temos o consequente aumento da arrecadação do IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano.



Fonte: Panorama do Setor Privado no Saneamento 2019 - ABCON/SINDCON

b) Turismo Nacional

O turismo é uma atividade econômica que não se desenvolve, adequadamente, em regiões com a falta de água tratada e a coleta e o tratamento de esgoto.

A contaminação do meio ambiente por esgoto compromete, ou até anula, o potencial turístico de uma região.



Em termos de comparação do Brasil com os países vizinhos, aquelas economias latino-americanas com melhor desempenho na área do saneamento têm fluxos internacionais e turistas relativamente maiores. Em Cuba, Chile e Argentina chegaram 261, 207 e 138 turistas estrangeiros por mil habitantes em 2014, respectivamente.

No Brasil, esse número foi de apenas 31 turistas por mil habitantes. E isso ocorreu no ano em que o País sediou a Copa do Mundo de Futebol (2014).

Com base no modelo estatístico, estima-se que os ganhos de renda do turismo no Brasil, devidos à universalização do Saneamento, atinjam **R\$ 42,8 bilhões**.

Isso significará uma renda maior para os trabalhadores do setor, lucros superiores para as empresas e impostos também melhores para os governos, principalmente para os Municípios que recebem impostos sobre os serviços e as atividades de turismo.

Ganho de **R\$ 42,8 Bilhões** com o Turismo

Fonte: Panorama do Setor Privado no Saneamento 2019 - ABCON/SINDCON



c) Geração de Renda e Empregos

Analisando-se o período entre 2004 e 2016, o Estudo mostrou que o investimento em Saneamento no Brasil passou de R\$ 3,1 bilhões para R\$ 11,4 bilhões, o que indica um crescimento de 11,5% ao ano. Nos quase treze anos de observação, o investimento alcançou R\$ 145,4 bilhões (valores constantes), o que equivaleu a um montante de R\$ 60,80 por brasileiro por ano.

Construção Civil

Estima-se que, na média do período, as obras de saneamento básico sustentaram quase 69 mil empregos diretos por ano na construção civil.

Empregos Diretos, Indiretos e Induzidos

Ao total, os investimentos em Saneamento sustentaram 142 mil empregos por ano no País e geraram R\$ 13,6 bilhões por ano de renda na economia brasileira, entre 2004 e 2016. Isso significa que, para cada R\$ 1,00 investido em obras de saneamento, foi gerada uma renda de R\$ 1,22 na economia, uma relação que mostra o efeito multiplicador de renda dos investimentos em saneamento.

Operação do Saneamento Básico

A receita operacional do setor de saneamento básico, de 2004 a 2016, movimentou R\$ 48,8 bilhões por ano (valor a preços de 2017).



Arrecadação de Impostos e Contribuições

Uma parcela da receita das empresas que constroem as redes de água e de coleta de esgoto e daquelas que operam o saneamento é diretamente recolhida aos cofres públicos, na forma de impostos e contribuições sobre a produção.

No caso das obras de infraestrutura de saneamento, a carga tributária foi de 5,5% do faturamento bruto das construtoras.

Investimentos em saneamento, renda e emprego diretos Média anual de 2004 a 2016, Brasil

	R\$ Milhões*
Investimentos em saneamento	11.226,228
Pessoal ocupado (pessoas)	68.640
Renda (PIB)	5.032,242
Salários e remunerações	1.930,950
Benefícios e contribuições	463,851
Despesas com Fornecedores	6.193,987

Nota: (*) a preços constantes de 2017

Investimento Médio de
R\$ 11,23 Bilhões/ano
com obras de Saneamento

**5,5% de Impostos
Diretos**

d) Exemplo de Economia no Sistema de Saúde

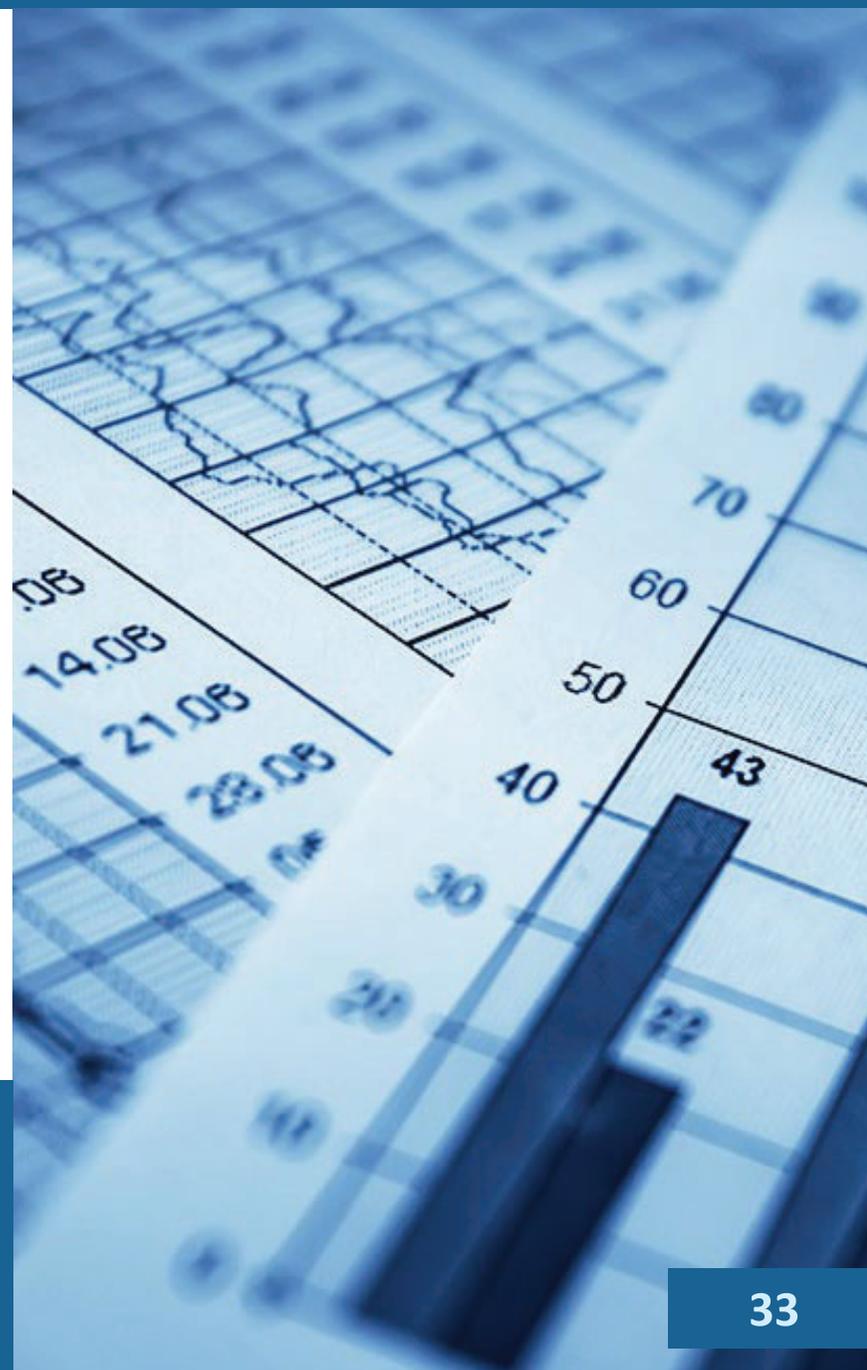
A relação entre saneamento básico e saúde fica também evidenciada em um exemplo concreto, que ocorreu na cidade gaúcha de Uruguiana, na fronteira Oeste do Rio Grande do Sul.

Desde que iniciou as suas operações há sete anos, a Concessionária Privada BRK Ambiental já investiu cerca de R\$ 145 milhões, ampliando o atendimento do esgoto de 9% para 94%.

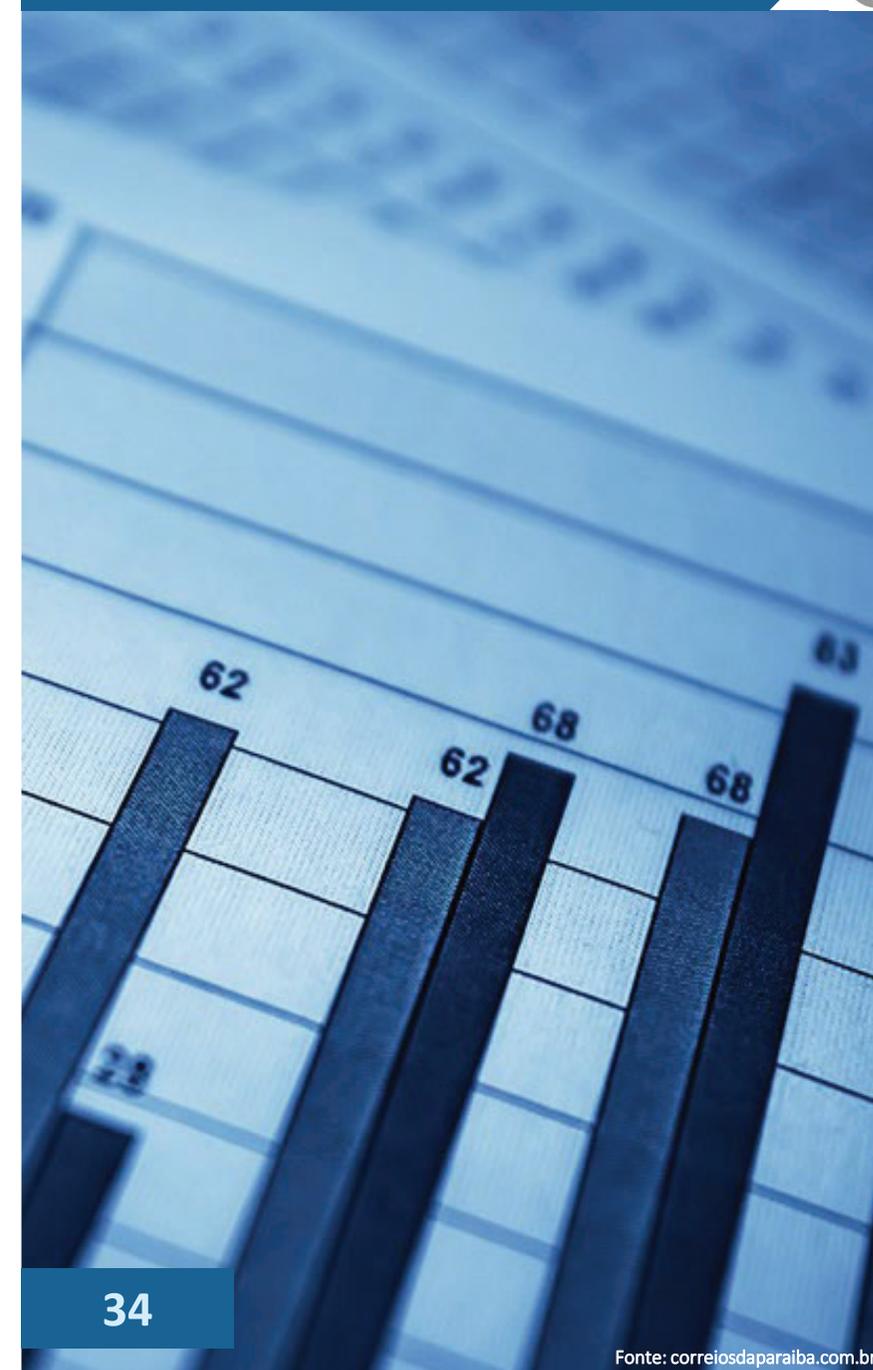
O impacto destes investimentos pode ser visto na saúde.

Foram registradas 3.002 ocorrências de diarreia aguda na Cidade, em 2012.

Com a evolução do saneamento ao longo desses 7 anos, em 2018 foram registrados 106 casos, número 28 vezes menor do que em 2012.



Dado histórico: redução em **28 vezes** o número de diarreia aguda na cidade de Uruguiana devido a evolução do saneamento em 7 anos .



Outro exemplo que demonstra a necessidade de investimento e gestão no saneamento pode ser conferido na capital do Mato Grosso do Sul, Campo Grande.

A Concessionária Águas Guariroba já soma investimentos de, aproximadamente, R\$ 1 bilhão, entre 2005 e 2017, para ampliar e melhorar os serviços de água e de esgoto do Município.

Esse investimento foi direcionado aos programas voltados principalmente à universalização da rede de esgoto para todos os bairros da Cidade.

Executados por etapas, os programas reduziram a taxa de internações por doenças diarreicas, que passou de 157,3 a cada 100 mil pessoas, em 2003, para 13,7 a cada 100 mil habitantes, em 2015 - uma redução de 91%.

Um dos fatos mais importantes advindos da aprovação do **Novo Marco Legal do Saneamento Básico**, em 15 de julho de 2020⁽¹⁾, é o fato de que este arcabouço jurídico trará segurança para os Contratos do setor, o que deverá atrair mais investimentos.

A Nova Lei trará, ainda, o estímulo à livre concorrência, permitindo que as empresas públicas e privadas disputem em pé de igualdade esse mercado, o que deverá reduzir preços e melhorar a qualidade dos serviços prestados.

Portanto, a Nova Norma não tem por objetivo a privatização das empresas públicas, mas sim a busca de melhores serviços em um ambiente de sustentabilidade econômica e o saudável acirramento da disputa entre os agentes econômicos do setor. Além do mais, a Norma exigirá que os Contratos de Concessão tenham mais clareza em suas metas, permitindo uma fiscalização mais eficaz e aumentando a eficiência dos serviços.

⁽¹⁾ : Até a presente data, não foram votados os vetos presidenciais

Sob o enfoque jurídico destacam-se os fatores relevantes e de impacto nas administrações municipais, que são os seguintes:

- Universalização dos serviços até 2033;
- Reorganização das Agências Reguladoras, com o enfoque na nacionalização, através da atribuição de competência para a Agência Nacional de Águas - ANA;
- Obrigatoriedade da formalização de Contratos de Concessão, com a definição clara de metas;
- Incentivo à prestação regionalizada dos serviços.

A Lei também atribui aos Estados, a competência para organizar as “Unidades Regionais de Saneamento Básico”.

Os Municípios atendidos por Contratos de Programa e que não se tenham metas estipuladas, deverão ter os Contratos repactuados.

Os titulares dos serviços terão até o dia 31 de dezembro de 2022, para alterar os Contratos vigentes e estipular as metas de atendimento de 99% da população com água potável e de 90% com a coleta e tratamento de esgotos.

Deverão ser definidas as metas de redução de perdas e níveis de intermitência.

O não atendimento dessas metas sujeitará o prestador a sanções, por parte do ente regulador.



A ANA estabelecerá normas e diretrizes sobre os seguintes temas principais:

- Qualidade e eficiência dos serviços;
- Tarifas;
- Padronização de Contratos;
- Metas de universalização.

Essa regulação será ainda complementada e aplicada por entes reguladores subnacionais indicados pelos titulares dos serviços - Estados e Municípios.

Os futuros Contratos de Concessão deverão ter metas claras de desempenho:

- Metas quantitativas de não intermitência do abastecimento;
- Metas de melhoria dos processos de tratamento;
- Metas de expansão dos serviços;
- Metas de redução de perdas na distribuição de água tratada;
- Metas de qualidade na prestação dos serviços;
- Metas de eficiência e de uso racional da água, da energia e de outros recursos naturais, do reúso de efluentes sanitários e do aproveitamento de águas das chuvas;
- Incentivo a fontes de receitas alternativas, complementares ou acessórias, bem como as provenientes de projetos associados, incluindo, entre outras, a alienação e o uso de efluentes sanitários para a produção de água de reúso;
- Metodologia de cálculo de eventual indenização relativa aos bens reversíveis não amortizados, por ocasião da extinção do Contrato.

Universalização dos Serviços

Pilar 1

Meta: a universalização do saneamento, até 31 de dezembro de 2033.
Contratos em vigor deverão comprovar a capacidade financeira de cumprir a meta.
Contratos omissos deverão ser alterados até 2022, para estipular esta meta.

Reconhecidamente, boa parcela da população não tem o devido acesso à água e esgoto tratados.
A falta de Contratos formalizados e a ausência de concorrência no setor, historicamente, tem impedido que seja exigido o cumprimento de metas e investimentos.

Nacionalização da Regulação

Pilar 2

Competência para a Agência Nacional de Águas (ANA) instituir normas de referência.
A ideia é que todo o País seja regulado pelas mesmas normas gerais, sem se descuidar das especificidades locais.

Diminuição da multiplicidade de entes reguladores.
Garantia da elaboração de normas por agência tecnicamente preparada.
Facilitação da compreensão e do acesso ao mercado.

Contratação e Prévia Licitação

Pilar 3

Licitação e formalização de Contratos de Concessão com todos os prestadores, inclusive as empresas estatais.
Os Contratos terão cláusulas mínimas sobre tarifas, universalização, qualidade dos serviços e repartição de riscos.

Proibição que empresas estatais prestem os serviços sem Licitação e muitas vezes sequer sem Contrato formalizado e sem competição uma vez que na maioria dos Contratos existentes é difícil fiscalizar e exigir a realização de investimentos.
Facilitação do acesso de empresas privadas e aumento do nível de investimentos.

Prestação Regionalizada dos Serviços

Pilar 4

Atribuição de titularidade para os Estados sobre os serviços de interesse comum entre os vários Municípios.
Criação e incentivo de estruturas para a prestação conjunta dos serviços entre os Municípios.

Redução da fragmentação dos serviços para cada Município.
Diminuição de conflitos em regiões metropolitanas e adensamentos urbanos.
Possibilidade de ganhos de escala para os Municípios pequenos.

D VISÃO DE MELHORIA DO SANEAMENTO

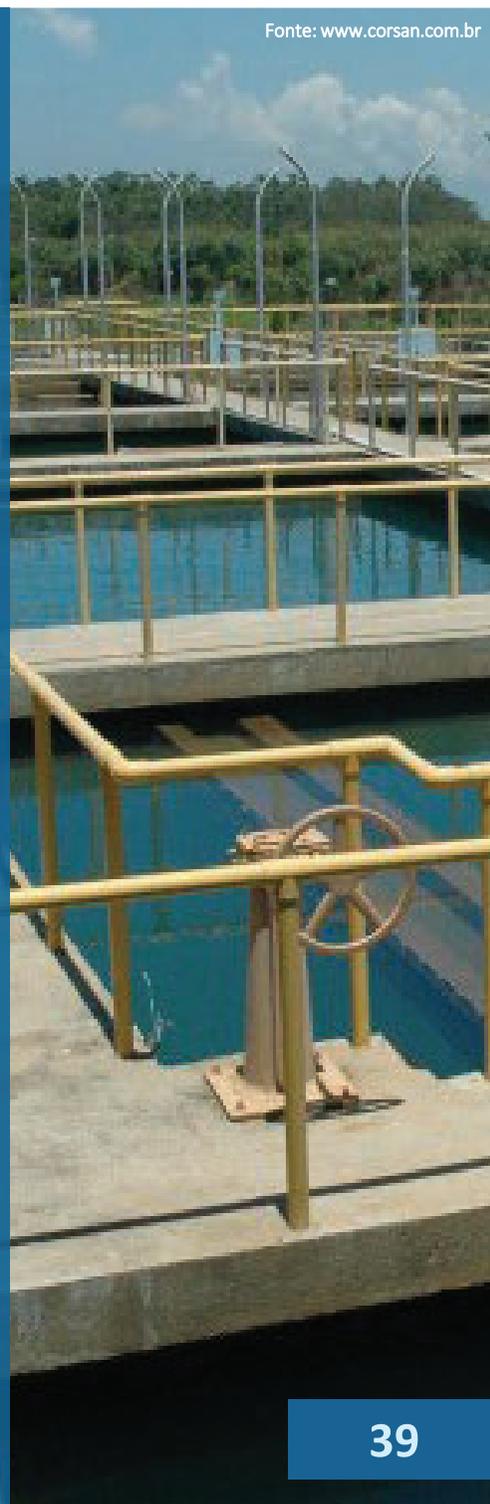
Visão de Melhoria do Saneamento, Atendimento de Metas e Viabilidade do Negócio

A crise fiscal aprofundou a grave situação financeira dos Estados, que não possuem recursos para investimentos em áreas prioritárias. Uma vez que os Estados, por meio das companhias estaduais de saneamento, atendem a mais de 70% dos Municípios no Brasil, a situação do setor torna-se ainda mais precária.

O retrato fornecido pelos indicadores do abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto nos Estados é o de um **Brasil desigual**, que está muito longe de atingir as metas de universalização dos serviços.

Fonte: Panorama do Setor Privado no Saneamento 2019 - ABCON/SINDCON

Fonte: www.corsan.com.br



39



40



Para a população, não importa quem presta o serviço. O que interessa é ter acesso a um serviço de qualidade e a um preço justo.

No entanto, a sustentabilidade dos serviços deverá garantir que todos os avanços necessários ao atendimento à população sejam de fato implementados, inclusive com a preocupação de manter os Sistemas adequadamente geridos.

Um Estudo recente do SINDCON dedicou-se a avaliar o equilíbrio financeiro das empresas de saneamento, do ponto de vista estritamente tarifário, a fim de demonstrar se o valor relativo FATURADO, por metro cúbico, tem suportado o valor relativo da DESPESA, por metro cúbico, na prestação dos serviços.

A ALTERNATIVA da parceria com a iniciativa privada, já utilizada com sucesso em 325 Municípios no País, torna-se ainda mais indispensável para que o Brasil conte com os recursos necessários - não apenas financeiros, mas também de planejamento, tecnologia e gestão - para a expansão do Saneamento.

COMO AVANÇAR NA PAUTA DO SANEAMENTO?



Recursos Privados
Concessão
Abertura de
Mercados e
Competitividade
gerarão custos mais
baixos para os
Municípios.

Atuar com Foco na Nova Lei

Entender as Capacidades Financeiras
das Empresas Públicas

Foco nas Ações com a Iniciativa Privada



Recurso Público
Verba Federal
O Novo Marco
restringiu essa
opção.

Companhias
Estaduais
terão de
participar de um
Processo
Licitação.

Companhias
Municipais
terão de
estabelecer metas
de universalização
e cumpri-las.



O SINICESP representa as maiores empresas de infraestrutura do País, que possuem extensa experiência na condução de Contratos de Concessão, principalmente sob o enfoque das Metas de Desempenho.

O SINICESP propõe-se a apoiar e orientar as Cidades na condução de Estudos Técnicos, Jurídicos e Econômico-financeiros, que visarão desenvolver os Novos Contratos de Parcerias Público-Privadas, Concessões ou Subdelegações.

O Governo Paulista possui um programa de apoio, através do Desenvolve SP; e o Governo Federal possui dois programas de apoio, capitaneados pela CEF e pelo BNDES, cuja ação do SINICESP estará voltada a auxiliar os Municípios nessa inter-relação.

SOLUÇÃO SINICESP

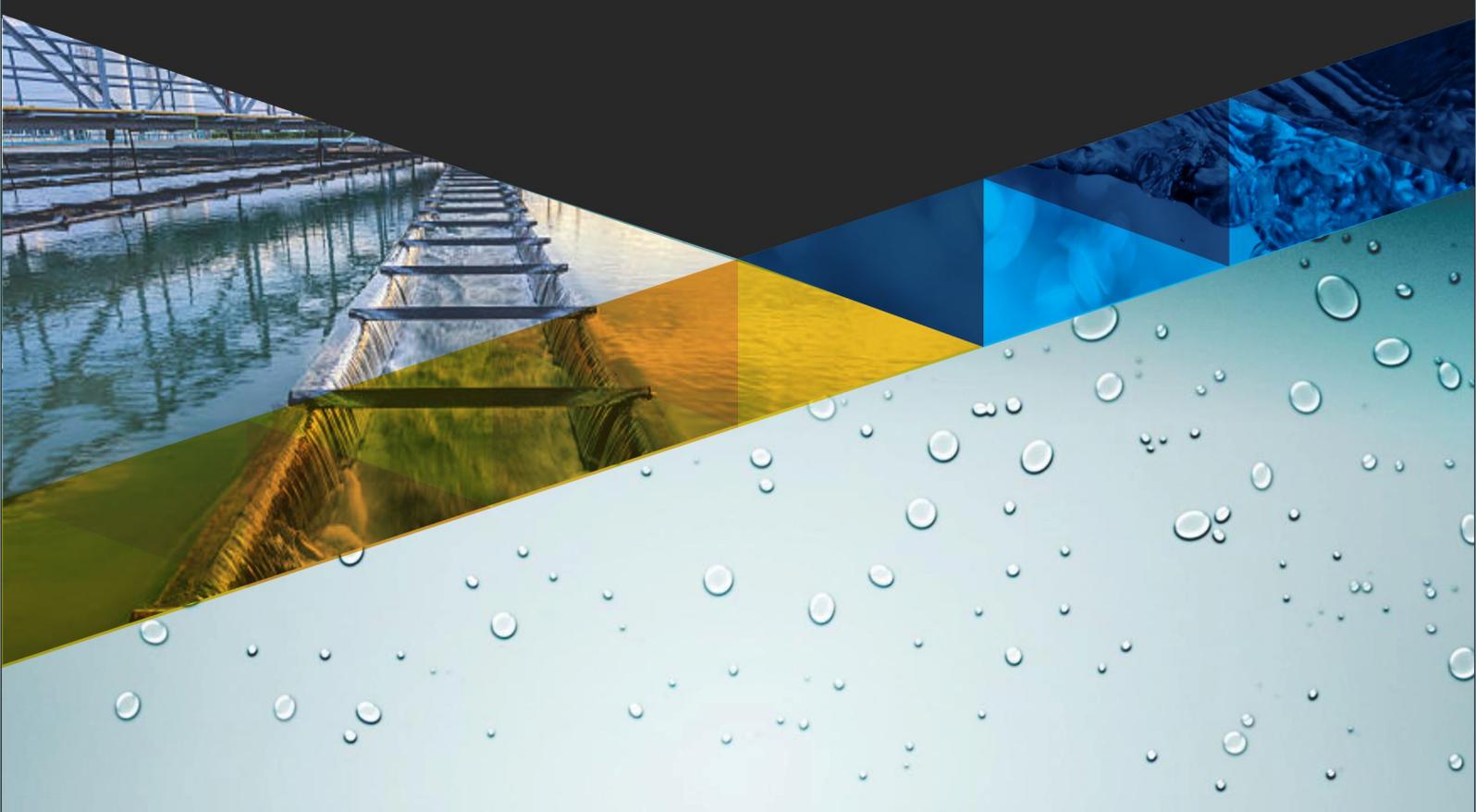
Sabendo da importância e das mudanças que o **Novo Marco Legal** traz, o **SINICESP** coloca-se à disposição das Prefeituras para orientar e apoiar os processos de modelagem dos Programas de Concessão ou Parcerias Público-Privada, no setor de Saneamento Básico.

Problemática Municipal
Déficit de Saneamento Básico

Apoios Técnico e Institucional
SINICESP

Procedimentos Competitivos e Parcerias com a Iniciativa Privada

SINICESP



Concebido por: **SINICESP**

Elaborado por:  **PLANOS | ENGENHARIA**

WWW.GRUPOPLANOS.COM.BR